

CÁTEDRAS

Cadernos Enap 159

Metodologias participativas na avaliação de políticas públicas:

Um estudo sobre a Comissão
Interinstitucional de Educação
Ambiental – CIEA/MS

• Sandro de Castro Pitano



PROGRAMA
CÁTEDRAS
BRASIL



Metodologias participativas na avaliação de políticas públicas:

Um estudo sobre a Comissão
Interinstitucional de Educação
Ambiental – CIEA/MS

- Sandro de Castro Pitano

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidenta

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos
Barreto

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila Medeiros

Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Jorge Junior

Revisão ortográfica

Adriana Braga
Renata Mourão
Roberto Araújo

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Karoline Ilza
Oscar Soler

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

P681m Pitano, Sandro de Castro
Metodologias participativas na avaliação de políticas
públicas: um estudo sobre a Comissão Interinstitucional de
Educação Ambiental - CIEA/MS / Sandro de Castro Pitano.
-- Brasília: Enap, 2026.
30 p.: il. (Cadernos Enap ; n. 159)
Programa Cátedras Brasil
Inclui bibliografia.
ISSN: 0104-7078
1. Políticas Públicas. 2. Avaliação de Políticas Públicas. 3.
Pesquisa Participante. 4. Educação Popular. 5. Método de
Pesquisa. I. Título. II. Comissão Interinstitucional de Educação
Ambiental (CIEA)
CDD 320.60721

Bibliotecária: Elda Campos Bezerra - CRB1/1425

Este trabalho está sob a Licença *Creative Commons*
Atribuição: Não Comercial
Compartilha Igual 4.0 Internacional
DOI: 10.21874/cadernos.n159.1



Editorial

Cátedras

O Programa Cátedras Brasil é um programa de fomento de pesquisas da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), coordenado pela Coordenação-Geral de Pesquisa da Diretoria de Altos Estudos (DAE), que busca fomentar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com vistas à construção de novos paradigmas de gestão pública e à reflexão acerca dos desafios de transformação do Estado brasileiro.

Em 2024, lançamos um edital comemorativo dos 10 anos do Programa Cátedras Brasil, no qual selecionamos projetos em 20 (vinte) áreas temáticas, os quais buscam dar respostas aos diferentes desafios de governo e ao fortalecimento das capacidades estatais com vistas à construção de políticas públicas inclusivas e efetivas.

A partir desse edital, buscamos trazer duas inovações no âmbito do programa, quais sejam: i) realização de temáticas de pesquisa ainda não abordadas nos 10 anos de existência do programa – como, por exemplo, a temática racial e a da Inteligência Artificial; ii) construção das pesquisas, desde a elaboração do edital até a publicação final, em contato direto com alguns órgãos de gestão, reforçando a natureza do programa na promoção do diálogo entre a gestão e a academia com vistas à construção de soluções aplicadas e aderentes à realidade do setor público.

Ressaltamos que um dos propósitos do Programa Cátedras Brasil consiste em fomentar o elo entre a academia e a comunidade de praticantes (gestores públicos) com vistas à construção coletiva de soluções para os problemas públicos. Essa iniciativa procura absorver contribuições interdisciplinares e inovadoras nos campos de conhecimento correlatos à gestão, à administração e às políticas públicas com o objetivo de agregar valor às atividades de produção e de disseminação de conhecimento aplicado, de modo a conceber propostas de soluções para problemas políticos, econômicos, ambientais e sociais.

Em síntese, as pesquisas realizadas no contexto do Edital nº 85/2024 do Programa Cátedras Brasil, e apresentadas nesta série de Policy Papers, visam ofertar evidências, caminhos e reflexões para se pensar a melhoria e o fortalecimento da administração pública brasileira com vistas à construção de um país mais inclusivo e socialmente justo.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura!

ALEXANDRE DE ÁVILA GOMIDE

Diretor de Altos Estudos da Enap

RAFAEL ROCHA VIANA

Coordenador-Geral de Pesquisa

SUMÁRIO

 **10** 1. Introdução

 **13** 2. Diagnóstico

 **13** 2.1 As Metodologias participativas da Educação Popular

 **15** 2.2 A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS)

 **17** 3. Procedimentos metodológicos

 **23** 4. A CIEA/MS segundo os seus sujeitos

 **28** 5. Conclusão

 **30** Referências

Lista *de figuras*

-  **21** Figura 1. Análise documental: atas da CIEA/MS (2020-2024)
-  **23** Figura 2. Questão 3: sobre o desempenho da CIEA/MS
-  **24** Figura 3. Questão 4: sugestões para aprimorar a CIEA/MS
-  **24** Figura 4. Questão 5: sobre possibilidades de aprendizagem

MINI-BIO

DO AUTOR

SANDRO DE CASTRO PITANO

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor do Instituto de Educação (IE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (ME/DO) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista de produtividade C do CNPq/Educação e coordenador do GT6 Educação Popular da ANPED (2024-2025).
scpitano@gmail.com

EVIDÊNCIAS PARA A PRÁTICA

Quatro aspectos evidenciam a SE como uma ferramenta valiosa para a avaliação colaborativa de políticas públicas: (1) permite a construção de conhecimento aprofundado a partir das vivências concretas dos envolvidos, em seu próprio contexto; (2) contribui para o aprimoramento da gestão na perspectiva colaborativa; (3) fortalece o protagonismo e o senso de pertencimento dos integrantes da política pública; e (4) estimula a reflexão crítica e a participação ativa, favorecendo a construção de políticas mais democráticas e eficazes. Diante dessas evidências, recomenda-se a adoção da SE como um procedimento essencial na avaliação de políticas públicas, especialmente daquelas em curso, considerando seu significativo potencial formativo. Entretanto, para garantir sua efetividade é fundamental assegurar suporte institucional, alocar recursos de forma adequada à sua implementação e fomentar o engajamento ativo dos participantes. Com isso, a SE pode vir a ser um instrumento estratégico para promover um ciclo contínuo de aprendizado, qualificar as práticas de gestão e aprimorar o monitoramento das políticas públicas.

RESUMO EXECUTIVO

Este *policy paper* investiga o potencial da Sistematização de Experiências (SE) como metodologia participativa/colaborativa para avaliação e monitoramento de políticas públicas. O estudo se concentra na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), um importante componente da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A SE foi estrategicamente utilizada para identificar os conhecimentos emergentes da prática coletiva da CIEA/MS no período de 2020 a 2024, explorando seu uso complementar aos métodos tradicionais de avaliação de políticas públicas e oferecendo um exemplo concreto e potencialmente replicável em outros contextos. A pesquisa se desenvolveu em três etapas: (1) recuperação do processo vivenciado, (2) interpretação crítica e (3) compartilhamento das aprendizagens. A construção/coleta de dados incluiu a realização de análise documental (atas das reuniões da CIEA/MS) e entrevistas em profundidade com seis membros da Comissão. A análise revelou que a atuação da CIEA/MS é condicionada por limitações institucionais e políticas, refletindo a complexidade da Educação Ambiental (EA) como campo de disputa política. Foram identificadas quatro categorias centrais: condicionamento, politicidade, formação permanente e dialogicidade. O condicionamento se refere às restrições impostas à Comissão, enquanto a politicidade se manifesta nas relações de poder que permeiam suas ações. A formação permanente, inspirada nos princípios de Paulo Freire, é vista como essencial para o seu aprimoramento, e a dialogicidade – compreendida como o diálogo aliado à gestão construtiva de conflitos – é fundamental para a construção de consensos e superação de desafios. A pesquisa evidencia a importância da participação ativa e crítica dos membros da CIEA/MS, bem como a necessidade de fortalecer o diálogo e a colaboração entre os diferentes atores envolvidos.

1

Introdução¹

As políticas públicas correspondem a conjuntos de ações, diretrizes e programas desenvolvidos e implementados pelo governo para atender às necessidades e demandas da sociedade. Elas abrangem diversas áreas, como saúde, educação, segurança, infraestrutura e meio ambiente, sendo essenciais para o funcionamento e o desenvolvimento do país ao promoverem o bem-estar social, econômico e ambiental da sua população.

Além de sua função técnica, a avaliação também pode contribuir para a formação política e epistemológica dos envolvidos, incluindo participantes, executores e segmentos sociais impactados. Nessa perspectiva, a adoção de uma abordagem colaborativa/participativa irradia *insights* estratégicos e solidamente fundamentados, que não apenas orientam a tomada de decisões e aprimoram a implementação das políticas, mas também contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica da população. Com isso, a avaliação se configura como um processo sistemático, que envolve ativamente diversos atores sociais — incluindo gestores, técnicos, beneficiários, pesquisadores e a comunidade — em todas as etapas, desde o planejamento até a análise dos resultados. Essa participação coletiva fortalece a legitimidade e transparência do processo, além de possibilitar a incorporação de múltiplas perspectivas e saberes, tornando a avaliação mais contextualizada, democrática e eficaz.

No entanto, para que a avaliação seja conduzida com base nesses princípios, é fundamental superar desafios estruturais e metodológicos. Isso demanda compromisso político, alocação de recursos adequados e o fortalecimento de uma abordagem colaborativa, envolvendo governos, pesquisadores e a sociedade civil. Apenas por meio desse engajamento conjunto será possível consolidar práticas avaliativas que contribuam, de fato, para o aprimoramento das políticas públicas e para a construção de uma sociedade mais justa e informada.

Com o objetivo de auxiliar na superação desses desafios, levando em conta outros critérios e destacando a importância da ação politizadora do processo avaliativo das políticas públicas, a pesquisa que originou este *paper* foi realizada. Na dimensão empírica, se debruçou sobre a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), integrante da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Para isso, baseou-se em duas principais modalidades de

¹ Agradecemos aos pareceristas Alberto Albino dos Santos, Guilherme Mansur Dias, Rafael Martins Ferrari pela disponibilidade e pela qualidade das contribuições dispensadas para esta pesquisa.

pesquisa participativa, vinculadas à Educação Popular: a Pesquisa Participante (PP) e a Investigação-Ação-Participante (IAP). Como procedimento metodológico, adotou a Sistematização de Experiências (SE) para acompanhar, refletir e contribuir para a qualificação dos sujeitos envolvidos na CIEA/MS, possibilitando uma retomada crítica e analítica das vivências.

Espera-se que este estudo contribua para a ampliação dos processos avaliativos, tornando-os mais inclusivos e efetivos com a adoção de metodologias colaborativas na formulação e implementação de políticas públicas. Ainda há desafios para traduzir a diversidade disciplinar, epistemológica, metodológica, teórica e temática que permeia esse campo de estudos (Boullosa, Peres e Bessa, 2021, p. 306).

Ao longo do texto, exploram-se as principais categorias emergentes do processo investigativo, incluindo condicionamento, politicidade, formação permanente e dialogicidade. A partir da análise documental e das entrevistas em profundidade, realizadas com membros da CIEA/MS, busca-se evidenciar as potencialidades da SE como metodologia de avaliação e acompanhamento, promovendo formação dos sujeitos, além de identificar desafios e caminhos possíveis para fortalecer sua aplicabilidade em políticas públicas.

O *paper* está estruturado em quatro tópicos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro tópico apresenta o conceito de Educação Popular, destacando sua fundamentação na participação ativa e no processo de emancipação dos sujeitos. Em seguida, discute-se a Pesquisa Participante e a Investigação-Ação-Participante, metodologias que, em consonância com os princípios da Educação Popular, promovem a participação efetiva dos sujeitos na construção do conhecimento, valorizam os saberes comunitários e desafiam as abordagens acadêmicas tradicionais, favorecendo uma produção do saber mais dialógica e transformadora.

Na sequência, aborda-se a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), contextualizando sua criação, estrutura organizacional e principais funções na promoção da Educação Ambiental no estado. Também se analisam suas atividades recentes, destacando desafios como limitações institucionais e dificuldades na articulação entre diferentes setores.

O tópico seguinte detalha os procedimentos metodológicos da pesquisa, explicando a abordagem inspirada na Sistematização de Experiências e na análise documental. São descritas as etapas do processo de sistematização desenvolvido junto a Comissão, incluindo entrevistas em profundidade e análise de documentos. Define-se a SE e detalham-se seus procedimentos, bem como sua contribuição para o monitoramento e avaliação de políticas públicas, promovendo maior participação social e qualificação das ações governamentais.

O quarto tópico apresenta a análise das entrevistas, nas quais os entrevistados destacam, principalmente: o condicionamento da CIEA/MS por fatores institucionais e políticos, limitando sua efetividade; a capacitação contínua dos integrantes é essencial para fortalecer sua atuação; o diálogo entre os membros é fundamental, mas permeado por conflitos e divergências políticas que impactam a tomada de decisões; e a atuação da Comissão reflete disputas políticas e ideológicas, influenciando suas ações e impactos.

Por fim, as considerações finais reafirmam a Sistematização de Experiências como um instrumento promissor para a avaliação de políticas públicas, desde que sejam superadas as limitações institucionais e assegurados os recursos adequados, bem como o efetivo engajamento dos participantes.

2

Diagnóstico

Ancorada nas metodologias participativas, a pesquisa analisou as práticas da CIEA/MS (Decreto nº 12.741, de 7 de abril de 2009) no período de 2020 a 2024. Importa destacar que a investigação não teve como propósito realizar uma avaliação da Comissão, o que exigiria a definição de critérios específicos alinhados aos objetivos, ao contexto e às particularidades do processo avaliativo (Teasdale, 2021). Em vez disso, inspirada na Sistematização de Experiências (SE), abordou a Comissão como um processo coletivo e dinâmico, buscando identificar os conhecimentos emergentes da prática vivenciada. Propôs-se a explorar as potencialidades da SE como um procedimento relevante aos processos avaliativos no campo das políticas públicas, considerando as vivências da CIEA/MS como um exemplo concreto que pode servir de referência para outras políticas.

A metodologia empregada permitiu transformar as vivências dos participantes em dados objetivos por meio da colaboração com o pesquisador (ator externo). Concomitantemente, favoreceu a apropriação crítica do vivido, configurando uma experiência subjetiva. Os elementos apresentados neste *policy paper* podem subsidiar a incorporação da Sistematização de Experiências em outros processos colaborativos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Sistematizar se destaca como um procedimento profícuo para avaliações que, além de mensurar e acompanhar a implementação das políticas, visem à formação política e epistemológica dos participantes no decorrer de sua atuação cotidiana.

2.1 As Metodologias participativas da Educação Popular

A Educação Popular compreende um vasto conjunto de iniciativas materializadas em práticas sociais que atuam na esfera cultural e do conhecimento, sempre orientadas por uma intencionalidade política e social emancipatória. Essas práticas ocorrem em contextos diversos, exigindo reflexões sobre desafios e possibilidades de atuação. A plasticidade, entendida como a capacidade de reorganizar e ajustar metodologias conforme mudanças no ambiente ou condições específicas, permite o aprimoramento contínuo dessas práticas. A flexibilidade também reflete sua base metodológica, fundamentada na participação ativa e no protagonismo dos sujeitos.

As metodologias participativas, especialmente na Educação Popular, baseiam-se em três pilares: solidariedade coletiva, compreensão e enfrentamento conjunto das dificuldades. Esses elementos

estão presentes nas duas abordagens metodológicas discutidas neste texto: a pesquisa participante e a investigação-ação participante.

A pesquisa participante tem uma ligação orgânica, desde suas primeiras ações, com a concretude política, social e histórica da Educação Popular no Brasil, pois estabelece o protagonismo dos sujeitos como princípio fundamental. Ainda que não proporcione soluções imediatas para problemas específicos, a pesquisa participante almeja colocar o conhecimento colaborativamente construído a serviço do coletivo. Conforme explica Brandão (2014, p.66), “a prática da pesquisa participante tem sido considerada como um instrumento crítico e humanista de produção dialogada do conhecimento”.

Com princípios próximos aos da pesquisa participante, a investigação-ação participante (IAP) foi criada e desenvolvida na Colômbia pelo sociólogo Orlando Fals Borda, que investiu em uma forma de ciência popular centrada nos saberes das comunidades. Na IAP, a geração de conhecimento academicamente formalizado não é prioridade. Em vez disso, busca-se compreender os objetivos e identificar os beneficiários da pesquisa. O centro do saber é deslocado da academia para os espaços populares, promovendo a valorização da cultura e dos conhecimentos do povo, frequentemente ignorados pelos círculos acadêmicos. A investigação só tem valor se estiver comprometida com causas populares e com o envolvimento ativo dos pesquisadores na realidade pesquisada.

A concepção ética da investigação-ação participante, conforme formulada por Fals Borda (2006), fundamenta-se na responsabilidade social do pesquisador. Sob essa ótica, a pesquisa deve ser orientada para promover mudanças sociais e melhorar as condições de vida das comunidades envolvidas. Valoriza-se a cooperação entre pesquisadores e comunidades, construindo conhecimentos compartilhados e estabelecendo relações de confiança. Dessa forma, a pesquisa é conduzida coletivamente, de maneira transparente e inclusiva, garantindo que todas as vozes e perspectivas sejam consideradas.

Há uma profunda semelhança entre ambas as metodologias participativas. Seus critérios de verdade assentam-se no processo coletivo e solidário, permitindo a construção de um conhecimento renovado ao integrar diferentes perspectivas, sem exclusões. Nessas metodologias, o conflito e a diversidade são vistos como elementos enriquecedores, capazes de estimular e qualificar as reflexões do grupo. Esse aspecto ressalta a dimensão pedagógica e formativa da participação. Especialmente quando se busca incluir os sujeitos nos momentos essenciais do processo, como a tomada de decisões sobre os métodos, as ações subsequentes, a produção, a sistematização (Jara, 2012) e a comunicação do conhecimento. Trata-se de promover o protagonismo dos participantes em seu próprio benefício.

Em resumo, as duas abordagens – pesquisa participante e investigação-ação participante – se nutrem e fundamentam por uma sólida dimensão participativa. Por essa razão, são consideradas parte

integrante das metodologias participativas na educação (especialmente a popular) e na pesquisa, oferecendo um horizonte ético e inovador. Esse horizonte é construído, sobretudo, por meio da Sistematização de Experiências, que se apresenta como um procedimento fundamental para o desenvolvimento da presente pesquisa.

2.2 A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS)

As Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) são instâncias colegiadas que promovem a articulação e integração de diferentes setores da sociedade em torno de políticas e ações voltadas à educação ambiental. Criadas em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, desempenham um papel essencial na implementação de programas, projetos e estratégias voltadas para a conscientização e sustentabilidade ambiental.

No Brasil, as CIEAs têm sua criação e funcionamento amparados na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que estabelece a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional. Este deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, além de fomentar a conscientização em outras esferas da sociedade. No Mato Grosso do Sul, a CIEA foi instituída em 2009, por meio do Decreto nº 12.741, de 7 de abril, como uma comissão de caráter consultivo, com a finalidade de “promover a discussão, o acompanhamento e a avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, inclusive propor normas, observadas as disposições legais vigentes” (Mato Grosso do Sul, 2009). Com a sua instituição, a CIEA/MS se vincula ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, órgão coordenador, é composta por cerca de vinte representações institucionais, tanto do poder público como da sociedade civil.

Em 2020, o Decreto nº 15.506, de 25 de agosto, alterou pontualmente sua estrutura, vinculando a CIEA/MS ao Instituto Estadual do Meio Ambiente (IMASUL) e à Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (Art. 2º), estabelecendo a alternância da coordenação entre ambas as instituições. Além disso, o Art. 8º do decreto permite que a Plenária convide representantes de outros segmentos do poder público, da sociedade civil ou do setor privado para integrar a comissão, porém, sem direito a voto. A CIEA/MS passou a ser composta por cinco membros titulares e seus respectivos suplentes, com direito a voto e mandato de dois anos, prorrogáveis por igual período. As representações titulares incluem: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), Secretaria de Estado de Educação (SED), uma instituição de ensino superior do estado, uma entidade da sociedade civil organizada com atuação na área ambiental e um organismo colegiado intermunicipal.

Entre as principais ações das CIEAs estão a elaboração de planos estaduais e municipais de educação ambiental, a organização de seminários, oficinas e eventos para sensibilização da população, a criação

de materiais educativos sobre temas ambientais e o estímulo à formação de parcerias entre escolas, empresas e comunidades para promover práticas sustentáveis. Seus objetivos incluem fomentar a educação ambiental, fortalecendo ações voltadas à sustentabilidade e à preservação ambiental; promover a articulação entre setores, integrando órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, empresas e outros atores sociais para elaboração de políticas ambientais conjuntas; apoiar políticas públicas por meio do monitoramento e execução de programas e projetos de educação ambiental; e propor diretrizes que orientem a atuação dos setores envolvidos na educação ambiental.

De modo geral, as CIEAs possuem uma estrutura diversificada, com representantes de diferentes órgãos governamentais (educação, meio ambiente, saúde, entre outros), ONGs, universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais e setor privado, garantindo pluralidade de perspectivas. Desempenham um papel estratégico ao promover o diálogo e a cooperação entre diversos setores, promovendo ações integradas e alinhadas às necessidades ambientais.

3

Procedimentos metodológicos

A metodologia desta pesquisa envolveu dois procedimentos articulados e complementares. O primeiro foi a pesquisa bibliográfica, utilizando fontes como o acervo da Escola Nacional de Administração Pública (<https://www.enap.gov.br/pt/pesquisa-e-conhecimento/publicacoes>) para qualificar a compreensão das múltiplas concepções sobre avaliação de políticas públicas. Também foram consultados referenciais das metodologias participativas, incluindo Freire (1992), Pitano (2023) e Fals Borda (2006); da Educação Popular, como Brandão (2006), Freire (1992) e Pitano (2018); da Sistematização de Experiências, como Jara (1996, 2012); e da avaliação de políticas públicas, como Jannuzzi (2024), Rosa, Ensslin e Petri (2015), Boullosa, Peres e Bessa (2021) e Fetterman (2017).

O segundo procedimento inspirou-se na Sistematização de Experiências e foi desenvolvido junto à CIEA/MS, abrangendo os últimos quatro anos (2020-2024) do seu período de atuação (2009-2024). A sistematização, considerada nessa abordagem como um processo de avaliação e acompanhamento da política pública, desenvolveu-se em três momentos: o primeiro, visando recuperar o processo vivenciado (tomar distância) a partir de perguntas iniciais. Seus procedimentos metodológicos consistem na entrevista em profundidade com seis sujeitos integrantes da Comissão (cinco titulares e um convidado) e a análise documental (leis, decretos e atas); o segundo, voltado para a interpretação crítica do vivenciado (analisar, interpretar e sintetizar), envolvendo os participantes do primeiro momento e a coordenação do projeto em torno das perguntas iniciais; e o terceiro, dedicado ao compartilhamento e à comunicação das aprendizagens obtidas.

A definição dos entrevistados resultou da análise documental (atas), cuja exploração evidenciou um quantitativo de participações ao longo das doze reuniões (onze reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária) ocorridas no período, tanto de membros titulares como de convidados. De forma complementar, foram incorporadas sugestões da coordenação da CIEA/MS, resultando na seleção de doze instituições ou sujeitos, com base em dois critérios: maior número de participações e indicação da coordenação. A meta inicial de entrevistar seis sujeitos, representando 50% do grupo selecionado, foi alcançada, priorizando as primeiras seis respostas ao convite, enviado por e-mail.

Cinco questões orientadoras pautaram os diálogos com os entrevistados:

a) sobre a sua vivência com a CIEA/MS: como ingressou, se envolveu e, se aplicável, desvinculou-se?

b) quais temas ou questões você considera terem sido mais desafiadores? Como foram tratados e como você os interpreta hoje (concordâncias, discordâncias, mudança de percepções).

C) Como você avalia o desempenho da CIEA/MS, de caráter consultivo, em relação ao seu objetivo de “promover a discussão, o acompanhamento e a avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, inclusive propor normas, observadas as disposições legais vigentes” (limites e possibilidades)?

d) quais sugestões você teria para qualificar o desempenho da comissão em relação às suas finalidades formais?

e) refletindo sobre sua experiência com a CIEA/MS, o que você destacaria como possibilidades de aprendizagem, tanto para você quanto para a comissão?

As entrevistas foram conduzidas por meio de ferramentas digitais (*Google Meet*), com o pesquisador registrando, simultaneamente, as principais observações relacionadas a cada uma das cinco questões. Posteriormente, as anotações foram compartilhadas com os entrevistados, permitindo-lhes fazer complementações e ajustes, validando e refletindo sobre suas próprias narrativas. Esse processo estimulou um exercício reflexivo intenso, permitindo transformar a vivência em experiência.

Toda sistematização se constrói a partir das vivências dos participantes de um fenômeno escolhido para estudo aprofundado. Esse processo possibilita compreender problemas e suas causas pela perspectiva dos envolvidos, ao mesmo tempo em que introduz novos elementos para revisar interpretações anteriores e definir estratégias coletivas para enfrentar desafios. Permite que os sujeitos de uma ação social se apropriem do que praticaram, atribuindo significado às suas vivências e ampliando sua compreensão para uma perspectiva histórica mais abrangente.

Ao sistematizar uma experiência, geram-se conhecimentos em constante construção. No âmbito das políticas públicas, resulta do diálogo entre o saber dos beneficiários, o conhecimento dos agentes de desenvolvimento e os referenciais institucionais e científicos. Ao atribuir sentido a uma experiência, os envolvidos podem compreendê-la melhor, expandi-la e superá-la. O conhecimento gerado não surge, diretamente, da prática, mas da sua análise e interpretação à luz de saberes preexistentes, que servem de base para a formulação de novos entendimentos.

Os procedimentos da sistematização incluem:

a) A construção do objeto de estudo, baseando-se em uma combinação entre a literatura existente, a proposta institucional e as concepções do grupo envolvido. Considera conhecimentos preexistentes, pois novos saberes emergem a partir de referenciais anteriores.

b). O trabalho de campo, visando coletar informações que serão transformadas em dados, possibilitando construir o objeto baseando-se na análise comparativa com a ideia inicial. Utiliza técnicas como entrevistas em profundidade, histórias de vida, observação participante e análise documental (atas, relatórios, informativos). Visa descrever os acontecimentos centrais da experiência e organizá-los cronologicamente, considerando fatores históricos e conjunturais do contexto mais amplo.

c) A interpretação dos dados construídos, com a finalidade de transformar as informações coletadas em conhecimento estruturado, permitindo extrair conclusões sobre os significados da experiência. Utiliza técnicas como análise de discurso e de conteúdo para construir sentido a partir da segmentação do objeto em unidades analíticas.

d) A argumentação, promovida após a elaboração do texto preliminar, quando os envolvidos são convidados a revisar e discutir o material produzido. Essa etapa garante a apropriação coletiva da experiência e validação das conclusões. Devem participar agentes, equipe estratégica e beneficiários. As contribuições emergentes são incorporadas ao texto final, e define-se como os resultados serão divulgados — por meio de artigos, livros, relatórios, materiais audiovisuais ou produções artísticas.

A Sistematização de Experiências pode ser uma prática essencial para a avaliação e o acompanhamento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas ao desenvolvimento social e à participação cidadã. Esse processo se baseia em uma abordagem participativa e dialógica, impactando diretamente a formulação e revisão de políticas em execução. No contexto da gestão pública, a sistematização permite que decisões sejam embasadas em dados originados das práticas em andamento, produzidos pelos próprios agentes responsáveis pela execução das políticas. Para os envolvidos, esse protagonismo fortalece o senso de pertencimento e incentiva o engajamento em novas iniciativas.

Para adotar a SE como procedimento efetivo de acompanhamento e avaliação de políticas públicas, é necessário que as instituições garantam condições adequadas, como tempo, recursos e equipe especializada. Isso exige sua incorporação como elemento estratégico da gestão, estruturando um marco institucional que favoreça sua adoção e possibilite a construção de um acervo de conhecimentos baseados na prática.

A SE busca compreender os sentidos das práticas, gerando conhecimento a partir delas sem se limitar a juízos de valor. Nota-se uma afinidade com a concepção de Fetterman (2017), *Transformative Empowerment Evaluation* (Avaliação por Empoderamento Transformativa, em tradução livre), cuja abordagem integra os princípios da avaliação por empoderamento com um foco mais explícito na transformação social. Essa perspectiva também vai além da simples avaliação de políticas e programas, buscando capacitar os participantes para que se tornem agentes ativos na mudança de suas realidades. O foco da SE está na compreensão das próprias vivências, que podem ser transformadas

em experiências por meio da apropriação crítica dos sujeitos. Trata-se, portanto, da construção de saberes que aprimoram as ações e fortalecem sua efetividade no presente e no futuro.

A SE também fortalece a integração de diversos atores na avaliação de políticas públicas, incluindo beneficiários, técnicos e gestores. Por exemplo, no contexto da CIEA/MS, essa abordagem permitiu que representantes da sociedade civil participassem, ativamente, da análise de dados e formulação de recomendações. Dessa forma, evita-se que a avaliação fique restrita a especialistas, garantindo maior aderência à realidade local. Essa dinâmica favorece um ciclo contínuo de revisão e aperfeiçoamento, identificando desafios e permitindo ajustes durante a implementação, sempre com base na experiência acumulada e no saber coletivo.

Mais do que um levantamento de dados quantitativos, a SE busca compreender aspectos qualitativos das políticas, como motivações, desafios e estratégias. Essa perspectiva amplia a visão sobre os impactos e dinâmicas envolvidas, enriquecendo a análise. Incluindo a população no processo de avaliação, a SE fortalece a democracia participativa, promovendo transparência e responsabilização. Ao ser aplicada no coletivo da CIEA/MS, os participantes aprofundaram sua compreensão sobre suas atuações individuais e coletivas, qualificando práticas e promovendo um desenvolvimento mais consciente das ações.

Ao sistematizar a própria experiência, os participantes puderam revisitar sua trajetória a partir de um distanciamento metódico, tanto espacial como temporal, possibilitando reflexões mais aprofundadas. Isso permitiu questionar percepções anteriores, identificar limitações e visualizar novas alternativas. A reflexão sobre as próprias decisões abre espaço para a melhoria contínua e para a construção de novas possibilidades pelos próprios sujeitos da experiência, abertos a ela. As limitações vêm à tona, alternativas são encontradas onde, antes, não estavam postas; outras formas de proceder emergem, anunciando possibilidades onde apenas eram vislumbrados limites. O que aconteceu? Como, quais os caminhos que levaram ao ocorrido? Em outra situação semelhante, a ação será diferente ou repetirá o já feito?

As atas das reuniões da CIEA/MS, realizadas entre 2021 e 2024, foram analisadas com o objetivo de identificar temas principais, abordagens adotadas e estratégias de enfrentamento empregadas pela Comissão, além de outras informações relevantes. O quadro, a seguir, apresenta uma síntese da análise documental das doze reuniões ocorridas no período, onze são ordinárias (RO) e uma extraordinária (RE).

Figura 1. Análise documental: atas da CIEA/MS (2020-2024)

Reunião/ano	Data	Principais assuntos	Observações
2020	-	-	Não houve reunião devido à Pandemia da Covid-19.
56ª RO - 2021	19/10/2021	Ampliação do colegiado com o ingresso de novos membros convidados.	Repercussões do Decreto Estadual Nº 15.506, de 25 de agosto de 2020
57ª RO - 2021	07/12/2021	Impactos da dimensão política na EA; plano de ação da CIEA sobre o programa estadual de EA (ProEEA); apresentação dos novos membros convidados da CIEA/MS.	Ocorreu nesse período a ampliação significativa do colegiado da CIEA/MS, que passou a contar, além dos membros titulares, com a participação de convidados.
58ª RO - 2022	28/03/2022	Retomada do Plano de Ação da CIEA/MS sobre o ProEEA (projetos de EA nas escolas e nos PPs).	-
59ª RO - 2022	14/06/2022	Retomada do Plano de Ação da CIEA/MS sobre o ProEEA; ações de EA nas escolas da rede estadual e seus PPs.	-
60ª RO - 2022	12/09/2022	Resultados do levantamento quantitativo dos temas de EA nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da rede estadual; retomada do Plano de Ação da CIEA/MS sobre o Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul-ProEEA/MS.	Comentários sobre desarticulações entre os membros da própria CIEA/MS a partir de conversas em redes sociais.
61ª RO - 2022	05/12/2022	Conclusão do Plano de Ação para o Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul-ProEEA/MS; proposta de construção da carta de transição ao governo de Mato Grosso do Sul. 2023.	-
62ª RO - 2023	06/03/2023	Início do Plano de Ação para o Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul-ProEEA/MS 2023; elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental de Campo Grande.	-
63ª RO - 2023	14/06/2023	Reestruturação regimento interno da CIEA; Seminário estadual da CIEA/MS.	-
64ª RO - 2023	05/09/2023	Seminário Estadual de Educação Ambiental promovido pelo CIEA; reestruturação do Regimento Interno da CIEA/MS.	Diante do Plano de ação para estruturação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente foi questionado como os membros da CIEA podem colaborar?

Metodologias participativas na avaliação de políticas públicas:
um estudo sobre a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA/MS

Reunião/ano	Data	Principais assuntos	Observações
65ª RO - 2023	12/12/2023	Revisão do Programa Estadual de Educação Ambiental; reestruturação do Regimento Interno da CIEA/MS; Seminário Estadual da CIEA/MS; realização da Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA-2024); construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Campo Grande.	-
66ª RO - 2024	06/03/2024	Apresentação da coordenação compartilhada da CIEA/MS (SED e IMASUL); alteração do regimento interno da Comissão; presença nas reuniões.	Alguns integrantes destacaram enfaticamente a necessidade de acolher maior diversidade da sociedade civil na CIEA/MS.
5ª RE - 2024 (Reunião Extraordinária)	07/11/2024	Construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Campo Grande-MS; como a CIEA/MS pode contribuir para a política municipal?	-

Fonte: Organizado pelo autor, 2025

O conteúdo das atas permitiu identificar temas centrais, como o Programa e a Política Estadual de Educação Ambiental, além da composição da plenária da CIEA/MS, incluindo convidados conforme estabelecido pelo Decreto 15.506/2020. Também foi identificado um processo de reelaboração do regimento interno da Comissão, ainda em andamento.

4

A CIEA/MS segundo os seus sujeitos

A primeira questão buscou compreender como os entrevistados ingressaram, conviveram e, eventualmente, se desvincularam, explorando suas experiências como integrantes da CIEA/MS. As respostas revelaram que todos já faziam parte da Comissão antes de 2020, ou seja, acompanham seu trabalho há um período superior ao abrangido pela pesquisa.

A segunda questão teve como objetivo identificar qual tema ou assunto tratado pela Comissão foi considerado mais desafiador pelos entrevistados. Cinco deles apontaram a Política e o Programa de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul como o tema de maior repercussão e que gerou mais dificuldades para o coletivo, enquanto um mencionou as queimadas no estado.

As questões 3, 4 e 5 forneceram a maior parte dos dados categorizáveis da pesquisa. A terceira questionou os entrevistados sobre o desempenho da CIEA/MS no cumprimento de suas atribuições legais; a quarta solicitou sugestões para aprimorar a atuação da Comissão; e a quinta investigou as possibilidades de aprendizado tanto para os indivíduos quanto para a própria CIEA/MS, com base em suas vivências.

As respostas às três últimas e mais complexas questões, sintetizadas nas figuras 2, 3 e 4, destacam as categorias emergentes identificadas, antecipando a análise detalhada de cada uma, tanto individualmente quanto em sua interconexão.

Figura 2. Questão 3: sobre o desempenho da CIEA/MS

Entrevistado	Resposta	Categoria(s)
E1	A Comissão é atuante dentro dos seus limites e possibilidades.	Condicionamento
E2	Diante das suas condições, tem buscado atender aos enormes desafios da EA no contexto do MS.	Condicionamento
E3	Atua com restrições, principalmente políticas e estruturais.	Condicionamento Politicidade
E4	Considerando o seu caráter consultivo, o desempenho é positivo.	-
E5	Tem dificuldades de desempenhar seu papel, circunscrito ao consultivo.	Condicionamento
E6	Com muitas dificuldades, atua dentro das suas atribuições.	Condicionamento

Fonte: Organizado pelo autor, 2025

Com exceção de E4, observou-se que os condicionamentos enfrentados pela Comissão no exercício de seu papel foram retratados de maneira objetiva pelos entrevistados, configurando uma das categorias de análise. A outra categoria, que começou a emergir desde a segunda questão, também se manifesta na resposta de E3: a politicidade.

Figura 3. Questão 4: sugestões para aprimorar a CIEA/MS

Entrevistado	Resposta	Categoria(s)
E1	Integrantes com estabilidade (concurso) e orçamento próprio para a CIEA/MS.	-
E2	Focar sua atuação também nas escolas.	Formação (permanente)
E3	Promover a formação dos integrantes e melhorar a comunicação com a sociedade em geral.	Formação (permanente)
E4	Fomentar a formação permanente dos seus integrantes.	Formação (permanente)
E5	Criar mecanismos de apoio a CIEA/MS, como o fomento à pesquisa, aprimorando a sua capacidade de acompanhamento.	Formação (permanente)
E6	Ampliar a participação na CIEA/MS: ONGs, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais.	-

Fonte: Organizado pelo autor, 2025

A dimensão formativa esteve presente em todo o conjunto de respostas à quarta provocação, de maneira enfática, tanto de forma explícita (nas respostas E2, E3, E4 e E5) quanto implícita (na resposta E6). Essa dimensão foi crucial ao considerar que a ampliação da participação facilita a interação entre diferentes saberes, gerando um impacto significativo na formação do coletivo. Além disso, a ideia de formação permanente também se destacou nas respostas à quinta provocação, como será apresentado, a seguir.

Figura 4. Questão 5: sobre possibilidades de aprendizagem

Entrevistado	Resposta	Categoria(s)
E1	Depende de ações e projetos com prazos mais longos, oriundos da própria CIEA/MS.	Formação (permanente)
E2	A partilha e o diálogo entre os integrantes, em sua diversidade, ampliam a aprendizagem individual e da Comissão.	Diálogo (e conflito)
E3	A pluralidade de representação promove a partilha permanente de saberes e de interesses diversos, situados em cada contexto.	Formação (permanente) Diálogo (e conflito)
E4	O compartilhamento de responsabilidades é uma base fundamental, aliada às múltiplas experiências do coletivo em interação.	Diálogo (e conflito)
E5	A aprendizagem é uma premissa fundamental da CIEA/MS, considerando o tamanho do seu papel (o que são PP, o que é EA...).	Formação (permanente)
E6	O trabalho coletivo, conflituoso, às vezes, estimula a aprendizagem. Como atender a todos os interesses em EA? O coletivo plural e inclusivo é um caminho.	Diálogo (e conflito) Formação (permanente)

Fonte: Organizado pelo autor, 2025

A formação permanente também emergiu a partir das reflexões geradas pela quinta provocação, que buscava identificar aprendizagens advindas das vivências na CIEA/MS. Nessa etapa, foi identificada a última categoria de análise: diálogo/conflito (dialogicidade). Observa-se que a aprendizagem, situada no campo da formação permanente, consolida-se por meio da dialogicidade entre os participantes, que abrange tanto o diálogo quanto o conflito em um espaço-tempo de politicidade.

A politicidade emerge do entendimento de que os processos de EA vivenciados na CIEA/MS refletem as características inerentes a qualquer prática social, atravessada por relações de poder. Nos campos discursivo e prático, a EA está sempre inserida em um contexto sociopolítico, carregando valores, interesses e perspectivas das múltiplas relações sociais. Como afirma Freire (1996, p.124-125), não há neutralidade na educação, pois toda prática educativa está vinculada a um projeto de sociedade, seja para manter o *status quo* ou para transformá-lo. Consciente ou inconscientemente, todos participam de um processo político, muitas vezes, disfarçado sob uma pretensa neutralidade técnica ou ideológica.

Fazer parte da CIEA/MS implica um certo engajamento dos participantes na causa da EA. No entanto, esse engajamento transcende o tema e se insere em um projeto de sociedade, com valores e princípios que orientam suas ações. Assim, diferentes projetos societários moldam os posicionamentos em relação à questão ambiental, refletindo abordagens variadas para desafios globais, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição e esgotamento de recursos naturais. Esses posicionamentos podem ser agrupados em categorias ideológicas e estratégicas, de acordo com as prioridades, valores e interesses defendidos, evidenciando a politicidade do tema (conservacionismo, desenvolvimento sustentável, negacionismo ambiental, entre outros).

Os entrevistados relataram diversas situações que evidenciam a politicidade na CIEA/MS, muitas vezes, interligada ao condicionamento e ao diálogo/conflito. Essa politicidade se manifesta tanto na imposição de limites estruturais quanto nas dificuldades de estabelecer relações dialógicas no funcionamento da Comissão. A análise das atas e entrevistas evidencia essa politicidade, especialmente pelo distanciamento entre as posições da Comissão e as diretrizes do Programa e da Política Estadual de EA. Além disso, o funcionamento da CIEA/MS é, fortemente, condicionado por um conjunto de limitações institucionais e políticas.

Diante da terceira provocação, quase todos os entrevistados concordaram que a Comissão atua dentro dos limites impostos por forças externas. Essa percepção é reforçada por termos como limite, restrição, dificuldade e desafio.

A análise crítica da realidade permite que os indivíduos compreendam como suas vivências são moldadas por estruturas sociais e econômicas e como essas estruturas podem ser desafiadas e

transformadas. Reconhecer-se condicionado significa compreender que, como seres sociais, estamos continuamente aprendendo, internalizando, adaptando-nos ou rompendo com normas, valores e expectativas. Diante desse cenário de condicionamento, duas posturas se destacam: conformismo e resistência. No primeiro caso, os sujeitos buscam adaptar-se às expectativas sociais, priorizando harmonia e aceitação; no segundo, desafiam o condicionamento, questionam e ressignificam normas e promovem mudanças. Ambas são posições políticas que se manifestam em contextos de intensa politicidade, como a CIEA/MS.

A formação permanente, tanto dos integrantes da Comissão quanto da sociedade em geral, é outra categoria fundamentada no pensamento freireano. Para Paulo Freire (1996), a formação permanente é um processo contínuo e inacabado de desenvolvimento pessoal, intelectual e ético, refletindo sua visão de que a educação não é um ato isolado, mas um movimento constante de construção e reconstrução do conhecimento e da consciência crítica. Esse processo ocorre ao longo da vida e vai além de cursos ou treinamentos formais, estando presente na prática cotidiana.

O diálogo desempenha um papel essencial na formação permanente. A troca de saberes entre diferentes sujeitos promove um aprendizado mútuo, desenvolvendo a consciência crítica e o respeito à diversidade de perspectivas. A reflexão crítica sobre a prática cotidiana, como no caso das ações da CIEA/MS, torna-se fundamental para o aprimoramento contínuo. Essa práxis – a união entre reflexão e ação – possibilita revisitar experiências e reavaliar escolhas, impulsionando a transformação pessoal e social.

Os entrevistados ressaltaram a importância da formação permanente para o funcionamento da Comissão. E1 mencionou uma tentativa de nivelamento dos seus integrantes, cujo impacto foi limitado, destacando que a fragilidade do conhecimento sobre a CIEA/MS compromete seu desempenho. Para E2, “a partilha entre os participantes representa um amplo conjunto de possibilidades no sentido pessoal”, contribuindo para a qualificação contínua da Comissão. E6 enfatizou a relevância da pluralidade de ideias para o aprendizado. E3 foi enfático ao defender a necessidade de formação interna na CIEA/MS, sugerindo que a Comissão “poderia e até deveria promover grupos de estudo entre seus integrantes”, pois muitos, apesar de bem-intencionados, carecem de conhecimento aprofundado sobre EA e sobre o funcionamento da própria Comissão. E5 compartilha dessa visão, afirmando que a CIEA/MS reúne membros que nem sempre possuem domínio suficiente sobre EA, tornando indispensáveis ações formativas.

A última categoria de análise identificada é o diálogo/dialogicidade, acompanhado pela latência desacomodante do conflito. Freire (1996) define o diálogo como um encontro entre sujeitos, mediado pelo mundo, no qual se busca criar e recriar conhecimento. Essa prática exige reciprocidade, respeito e reconhecimento da autonomia de cada participante. A participação, nesse contexto, ultrapassa a

simples presença ou envolvimento superficial, tornando-se um ato ativo e crítico no processo educativo e na vida em sociedade. Assim, a dialogicidade emerge como um eixo central da participação, possibilitando a problematização dos condicionamentos invisibilizados no agir cotidiano.

O diálogo não se reduz a uma simples troca de palavras, mas representa um encontro entre sujeitos comprometidos com a construção do conhecimento. Para que seja autêntico, exige abertura para aprender e reconhecer os saberes do outro. Em um espaço como a CIEA/MS, a participação dialógica pressupõe que todos sejam ouvidos e valorizados, o que implica romper com práticas autoritárias que silenciam ou inibem vozes. Participar de uma comissão não se limita à presença ou à execução de tarefas, mas requer a compreensão do contexto, dos desafios e das possibilidades de transformação. Por ser um ato coletivo, a participação dialógica fortalece a solidariedade e a construção compartilhada de conhecimento, exigindo o reconhecimento do outro como sujeito cocriador.

No entanto, o diálogo não implica a ausência de conflito. Pelo contrário, o conflito é uma característica inerente às relações humanas e à vida em sociedade. Em vez de evitá-lo, é necessário reconhecê-lo e enfrentá-lo criticamente, pois o pensamento crítico se alimenta da divergência. Sem confronto de ideias, o diálogo se torna vazio ou um exercício meramente conciliatório. Quando mediado pelo diálogo, o conflito se transforma em uma oportunidade de aprendizado, conscientização e superação dos condicionamentos limitantes.

A CIEA/MS, enquanto espaço educativo e permeado de politicidade, naturalmente abriga conflitos, pois nela coexistem diferentes visões de mundo. O desafio é criar um ambiente onde essas tensões possam ser discutidas de forma crítica, com respeito à diversidade na busca por soluções coletivas. O diálogo, nesse sentido, não anula o conflito, mas oferece um caminho para tratá-lo de forma construtiva, permitindo que as partes envolvidas expressem suas perspectivas, busquem entendimentos e avancem rumo a soluções transformadoras.

Esse compromisso com o diálogo representa um caminho promissor para enfrentar os condicionamentos identificados, ao mesmo tempo em que fortalece a formação permanente dos integrantes da CIEA/MS. Assumi-lo como fundamento da interação cotidiana, aliado à experiência comunicativa da escuta e da partilha, revela-se um meio profícuo para a qualificação dos processos e o aprimoramento da Comissão.

A Sistematização de Experiências (SE) apresenta-se como uma metodologia promissora para avaliação e monitoramento de políticas públicas, pois permite uma abordagem crítica e participativa, valorizando o conhecimento gerado pela prática dos sujeitos envolvidos. Assumindo como contexto empírico as ações da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), a SE foi utilizada para identificar e analisar desafios e aprendizados acumulados ao longo de sua atuação entre 2020 e 2024.

A pesquisa evidenciou o potencial da SE como instrumento metodológico para qualificar os processos avaliativos de políticas públicas, especialmente no contexto da CIEA/MS. Demonstrou sua capacidade não apenas de acompanhar e analisar políticas públicas, mas também de promover a formação política e epistemológica dos participantes, fortalecendo o protagonismo coletivo.

Também revelou que a atuação da CIEA/MS está, fortemente, condicionada por limitações institucionais e políticas, refletindo a complexidade inerente à Educação Ambiental (EA) como um campo atravessado por relações de poder. Apesar dessas restrições, os entrevistados destacaram a importância da formação permanente para o aprimoramento da Comissão, enfatizando a necessidade de processos contínuos de aprendizado e troca de saberes.

Além disso, a pesquisa reforçou que a participação em um espaço como a CIEA/MS exige mais do que a presença formal: requer engajamento, compreensão do contexto e disposição para o aprendizado contínuo. O diálogo, quando associado ao reconhecimento das diferenças e ao enfrentamento dos conflitos de maneira crítica e construtiva, pode potencializar a atuação do coletivo, promovendo soluções mais inclusivas e sustentáveis. As experiências participativas se sustentam em princípios fundamentais identificados nesta pesquisa, tais como: respeito aos saberes diversos, diálogo (relacionamento), confiança (estar juntos), ruptura (resistência), decisão e responsabilidade (assumir posicionamentos).

Os resultados indicam que metodologias colaborativas/participativas como a SE fortalecem o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, tornando-os mais democráticos e eficazes ao promover um olhar crítico e o protagonismo coletivo. Diante disso, recomenda-se integrar a SE na avaliação de políticas públicas, especialmente daquelas em processo de execução.

A Sistematização de Experiências (SE) pode ser aplicada em uma variedade de políticas públicas, promovendo a melhoria contínua de programas e serviços. Dois exemplos práticos, baseados nas evidências desta pesquisa, ilustram seu potencial:

a) Políticas de Educação: em programas de alfabetização, a SE permite documentar as experiências de alfabetizadores e alunos, identificando métodos eficazes e desafios enfrentados. Essas informações podem orientar ajustes nos materiais didáticos e nas estratégias pedagógicas, tornando o programa mais eficiente e adaptado às realidades locais. No contexto das políticas de inclusão escolar, a SE pode coletar relatos de alunos com deficiência, pais e professores, revelando barreiras e facilitadores da inclusão, auxiliando no aprimoramento de práticas pedagógicas e na construção de um ambiente escolar mais acolhedor e equitativo.

b) Políticas de Saúde: nos programas de saúde da família, a SE pode registrar as experiências dos agentes comunitários, dos profissionais de saúde e dos usuários, identificando as necessidades da comunidade e os pontos fortes e fracos do serviço. Em campanhas de vacinação, a SE pode mapear experiências das equipes de vacinação e da população, identificando as dificuldades de acesso à vacina e preocupações da comunidade, subsidiando estratégias mais eficazes de comunicação e mobilização para aumentar a adesão.

No entanto, sua efetividade está condicionada a fatores como suporte institucional, disponibilidade de recursos e engajamento ativo dos participantes. Quando implementada em contextos favoráveis, a SE tem o potencial de aprimorar a transparência, ampliar a participação social e aumentar a eficácia das políticas públicas, como demonstrado na experiência da CIEA/MS.

Referências

BOULLOSA, R. de F.; PERES, J. L. P.; BESSA, L. F. M. Em campo: uma narrativa reflexiva de estudos políticos críticos. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 97, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/32121>. Acesso em: 21 jan. 2024.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular?**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318).

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida - comunidade e comunidade tradicional. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18, jun. 2014. DOI: 10.14393/RCT91827067. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

FALS BORDA, O. Situación contemporánea de la IAP y vertientes afines. Ponencia presentada para el 1er Encuentro Internacional de Investigadores en Acción, Universidad Nacional Experimental Rafael María Baralt, Cabimas Estado Zulia, Venezuela, 2006.

FETTERMAN, D. Transformative empowerment evaluation and Freirean pedagogy: alignment with an emancipatory tradition. In: PATTON, M. Q. (ed.). **Pedagogy of evaluation. New Directions for Evaluation**, n. 155, p. 111-126, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.20257>.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JANNUZZI, P. de M. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 29, supl., p. 103-114, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202199010366>.

JARA, O. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

JARA, O. **La sistematización de experiencias: práctica y teoría para otros mundos posibles**. Costa Rica: CEP; CEAAL; Intermón-Oxfam, 2012.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Decreto nº 12.741, de 07 de abril de 2009**. Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, n. 7.437, 8 abr. 2009.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Decreto nº 15.506, de 25 de agosto de 2020**. Altera a redação e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 12.741, de 7 de abril de 2009, que institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, n. 10.263, 27 ago. 2020.

PITANO, S. C.; MORETTI, C. Z.; CARRILLO, A. T.; STRECK, D. R. Participation and democratization of knowledge: new convergences for reconciliation: a report from the 5th Conference of the Action Research Network of the Americas. **International Journal of Action Research**, v. 14, p. 67-76, 2018.

PITANO, S. Metodologias participativas na práxis da educação popular: uma ética da transgressão desde as origens. **Horizontes**, v. 41, n. 1, e023039, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1651>.

ROSA, M. M. da; ENSSLIN, S. R.; PETRI, S. M. Avaliação de desempenho de políticas públicas: construção do conhecimento com base na literatura internacional. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 14, n. 3, p. 110-130, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331242636008>. Acesso em: 10 jul. 2024.

TEASDALE, R. M. Evaluative criteria: an integrated model of domains and sources. **American Journal of Evaluation**, p. 1-23, 2021.

